



CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO



Brasília • março de 2026



Corregedoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social

Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 2, Bloco O, Asa Sul/ Brasília-DF - CEP: 70.070-946

Telefone: (61) 3313- 4725

E-mail: correg@inss.gov.br

Site: www-ecorregedoria.prevnet/

CORREGEDOR:

ALEXANDRE PENIDO DUQUE ESTRADA

Portaria de Pessoal nº 2.078 de 1º de Dezembro de 2025

Mandato: 2026 a 2028

COORDENADOR DE GESTÃO CORRECIONAL- COGCOR:

JOSÉ ALBERTO DE MEDEIROS LANDIM

Equipe Técnica:

FRANCISCO AIRES AFONSO FILHO

PATRICIA ARAUJO ALVES DE OLIVEIRA

SUZICLEIDE BOMFIM DE SOUZA

VINICIUS DE MATOS VASCONCELOS CARVALHO

LEANDRO MALINOWSKI VARGAS

URAI GRILO ROSA

ISAUNILDI SOARES RODRIGUES

SUYANNE ANDRADE DE NOVAIS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. ESTRUTURA DA CORREGEDORIA-GERAL DO INSS	4
2.1. DA ATUAÇÃO DISCIPLINAR DO INSS	5
2.2. DAS COMPETÊNCIAS	6
2.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.4. DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	7
2.5. DA FORÇA DE TRABALHO	8
2.5.1. Perfil da Equipe – Faixa Etária	9
2.5.2. Perfil da Equipe – Nível de Escolaridade	9
2.5.3. Ações de Capacitação da Equipe da Corregedoria	10
2.6. APOIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	10
2.7. TRANSPARÊNCIA ATIVA DOS DADOS E PUBLICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	10
3. AUTOAVALIAÇÃO DO MODELO DE MATURIDADE CORRECIONAL (CRG-MM)	10
4. PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS E PROCESSOS CORRECIONAIS INSTAURADOS	13
4.1. COMUNICAÇÕES DE IRREGULARIDADES	113
4.2. ADMISSIBILIDADES	14
4.3. PROCESSOS CORRECIONAIS INSTAURADOS	14
4.4. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA (TAC)	15
4.5. JULGAMENTOS DE PAD	15
5. ANÁLISE GERENCIAL QUANTO AOS PRINCIPAIS MOTIVOS DAS APURAÇÕES	16
6. ANÁLISE DOS PROBLEMAS RECORRENTES E DAS SOLUÇÕES ADOTADAS	17
7. AÇÕES CONSIDERADAS EXITOSAS	18
8. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS E PROPOSTAS DE AÇÕES PARA SUPERÁ-LAS	18
10. PLANO ANUAL CORRECIONAL 2026	19
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20

1. INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório de Gestão Correcional foi elaborado em atendimento ao disposto no art. 34 da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022. O documento apresenta, de forma objetiva e sucinta, as principais informações relativas à atuação da Corregedoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS no ano de 2025, visando à transparência, ao aprimoramento da atividade correcional e ao fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.
2. Este relatório está organizado em onze seções, incluída esta introdução. Na segunda seção é apresentada a estrutura da Corregedoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social (CORREG/INSS): breve introdução constando a competência regimental, informações principais sobre a atuação disciplinar, competências, estrutura organizacional, estrutura administrativa, força de trabalho, apoio da alta administração e transparência ativa dos dados e publicação dos atos processuais. Na terceira seção é apresentada a Autoavaliação do Modelo de Maturidade Correcional (CRG-MM). Na quarta seção estão detalhados os procedimentos investigativos e processos correccionais instaurados. Na quinta seção é apresentada a análise gerencial quanto aos principais motivos das apurações.
3. Por sua vez, consta na sexta seção a análise dos problemas recorrentes e das soluções adotadas. Na sétima seção são apresentadas as ações consideradas exitosas. Na oitava seção constam os riscos de corrupção identificados. Na nona seção identificou-se as principais dificuldades enfrentadas pela Corregedoria, bem como as propostas de ações para superá-las. Na décima seção é apresentado o Plano Anual Correcional 2026. Por fim, na décima primeira seção foram apresentadas as considerações finais sobre o desempenho da unidade de correição.

2. ESTRUTURA DA CORREGEDORIA GERAL DO INSS

4. O INSS, por intermédio da Corregedoria-Geral e de suas oito Corregedorias Regionais — sediadas em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Salvador, Recife e Manaus — realiza apurações disciplinares envolvendo servidores e processos de responsabilização de empresas, com fundamento em indícios de irregularidades e suspeitas de fraude.
5. Tais indícios decorrem, entre outras fontes, de relatórios da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), da atuação da Força-Tarefa Previdenciária (COINP/MPF/DPF), bem como de denúncias e representações diversas, especialmente aquelas registradas por meio da Ouvidoria (Fala.BR).
6. A Corregedoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social (CORREG/INSS) tem a responsabilidade de prevenir e investigar irregularidades cometidas por servidores públicos federais, sejam eles estáveis, em estágio probatório, ou ocupantes de cargos em comissão ou funções comissionadas em exercício no Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
7. Além disso, também atua na responsabilização administrativa de entes privados que tenham praticado atos lesivos em desfavor do INSS, nos termos da Lei anticorrupção, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8. As competências regimentais da CORREG/INSS estão previstas no artigo 182 do Anexo I, da Portaria PRES/INSS nº 1.678, de 29 de Abril de 2024, que aprovou a nova estrutura regimento da

Autarquia. Conjuntamente, a unidade segue normas e diretrizes estabelecidas para atividade correcional no âmbito dos órgãos e entidades do SisCor, estabelecidas pela Controladoria-Geral da União (CGU), dispostas na Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.

9. Esta Corregedoria-Geral caracteriza-se como unidade de dupla vinculação no âmbito da estrutura organizacional da Autarquia. Sob o aspecto administrativo, a CORREG-INSS encontra-se subordinada ao Gabinete da Presidência do INSS, conforme previsto no organograma institucional vigente.

10. Simultaneamente, por integrar o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a unidade está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do referido Sistema, nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, combinado com o art. 2º, parágrafo único, da Portaria CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022.

11. Em conformidade com a Portaria CGU nº 27/2022, a CORREG/INSS é classificada como Unidade Correcional Instituída (UCI), nos termos do art. 2º, inciso II, o que a caracteriza como unidade formalmente estabelecida no órgão ou entidade para a execução das atividades correccionais, sob supervisão técnica da Controladoria-Geral da União.

2.1. DA ATUAÇÃO DISCIPLINAR DO INSS

12. Apresenta-se a seguir as informações principais sobre a Corregedoria (**Tab. 1**):

Tabela 1: Dados principais da Corregedoria:

Nome da Corregedoria	Sigla da Corregedoria	Endereço da Corregedoria		
Corregedoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS	CORREG-INSS	Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 2, Bloco O, Asa Sul/ Brasília-DF - CEP: 70.070-946		
E-mail da Corregedoria	Telefone	Unidade Correcional Instituída		
correg@inss.gov.br	(61) 3313- 4725	Sim		
Dados sobre o titular da Corregedoria do [sigla do órgão/entidade]:				
Titular	Documento de nomeação		Data de Início de Mandato	Data de Término de Mandato
Alexandre Penido Duque Estrada	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-pres/inss-n-2.078-de-1-de-dezembro-de-2025-672357103		2026	2028
Nível do cargo, função ou gratificação designada para o titular ou responsável pela unidade de correição, se houver:		Função Comissionada Executiva de Corregedor-Geral, código FCE 1.14		
Quantidade de agentes públicos que se submetem à unidade de correição		A unidade de correição atua exclusivamente na condução de atividades correccionais (responsabilização de agentes públicos e entes privados)?		
160		sim		

Fonte: INTRAPREV/INSS 2026.

2.2. DAS COMPETÊNCIAS

13. As competências regimentais da CORREG/INSS estão previstas no artigo 182 do Anexo I, Portaria PRES/INSS nº 1.678, de 29 de Abril de 2024, que aprovou a nova estrutura regimento do INSS.

14. A unidade responsável pela coordenação, planejamento e organização das atividades correcionais no âmbito do INSS.

15. Em síntese, de acordo com a Portaria PRES/INSS nº 1.678, de 29 de Abril de 2024, as atribuições previstas incluem:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de correição;

II - proceder ao juízo de admissibilidade das denúncias, representações e demais meios de notícias de infrações disciplinares e de atos lesivos à Administração Pública;

III - instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e de denúncias, de sindicâncias, incluídas as patrimoniais, de processos administrativos disciplinares e de demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas na autarquia;

IV - celebrar Termo de Ajustamento de Conduta;

V - realizar investigação preliminar sumária;

VI - julgar os procedimentos investigativos e processos correcionais, nos limites de sua competência;

VII - encaminhar ao Presidente, para julgamento, os processos administrativos disciplinares que possam implicar a aplicação de penalidades de sua competência;

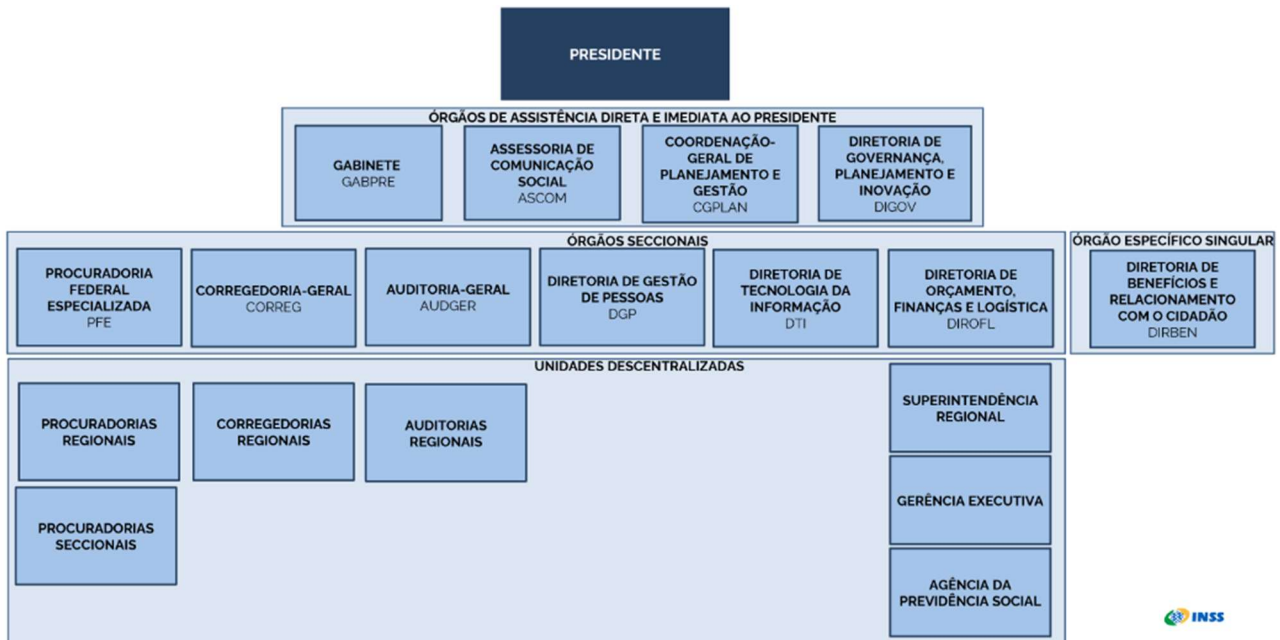
VIII - avocar, de ofício ou por meio de proposta, sindicâncias, processos administrativos disciplinares e outros procedimentos correcionais em curso no INSS e determinar o reexame daqueles já concluídos ou, conforme a hipótese, propor ao Presidente a avocação ou o reexame do feito; e

IX - exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

2.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

16. Apresenta-se a seguir (**Fig. 3**) a estrutura organizacional do INSS a qual a Corregedoria está inserida:

Figura 3: Organograma do INSS



Fonte: INTRAPREV/INSS, 2026

2.4. DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

17. Conforme já mencionado, as competências administrativas da Corregedoria do Geral do INSS estão previstas no artigo 182 do Anexo I, da Portaria PRES/INSS nº 1.678, de 29 de Abril de 2024, que aprovou a nova estrutura regimento do INSS.

18. A Corregedoria é composta por 1 (uma) Coordenação de Gestão Correcional (COGCOR), 5 (cinco) Divisões, quais sejam: Divisão de Normatização e Acompanhamento de Processos Disciplinares (DNAP), Divisão de Sistemas, Informações e Gestão Integrada (DSGI), Divisão de Análise e Julgamento (DAJ), Divisão de Admissibilidade e Sindicância Patrimonial (DASP) e Divisão de Responsabilização de Entidades Privadas (DIREP). Além, de 1 (um) Serviço Técnico Administrativo, 1 (um) Assistente, 1 (uma) Assessoria Técnica Especializada Seção.

19. As responsabilidades e as atividades realizadas pelas unidades desta Corregedoria estão detalhadas na página da internet www-ecorregedoria.prevnet/. Na **Fig. 4** a seguir encontra-se o organograma desta unidade correcional:

20. Relativamente à estrutura administrativa interna da unidade, o Anexo II do Decreto nº 10.995, de 14 de Março de 2022, apresenta o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do âmbito da Corregedoria Geral do INSS, nos termos da **Tab. 3** a seguir:

Tabela 3: Grau de atendimento quanto à estrutura mínima prevista na Nota Técnica nº 350/2021/CGUNE/CRG:

Qtde Cargo/Função	Denominação do Cargo/Função	Nível do Cargo/Função
1	Corregedor-Geral	FCE 1.14
1	Coordenador	FCE 1.11
5	Chefe	FCE 1.07
1	Chefe	CCE 1.05

1	Assistente	CCE 2.08
1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02

Fonte: CORREG/INSS, 2026.

21. Devido às peculiaridades inerentes às atividades correccionais — especialmente a necessidade de assegurar ambiente adequado à manutenção do sigilo das informações — e em conformidade com as orientações da Controladoria-Geral da União constantes na Nota Técnica nº 350/2021/CGUNE/CRG, que dispõe sobre a estrutura mínima das unidades de correição, a Corregedoria-Geral do INSS está instalada em área exclusiva localizada no 2º andar do Edifício-Sede do INSS. Ademais, as Gerências Executivas da Autarquia também dispõem de salas de uso exclusivo destinadas às atividades correccionais.

2.5. DA FORÇA DE TRABALHO

22. A equipe da Corregedoria é composta por 173 (cento e setenta e três) profissionais com diferentes vínculos e formações, alinhados às necessidades específicas de cada atividade desenvolvida na unidade (vide **Tab. 5**).

23. Do total de profissionais envolvidos nas atividades de Corregedoria, 160 (cento e sessenta) dedicam-se exclusivamente ao desempenho dessas funções, sendo 150 (cento e cinquenta) servidores efetivos do INSS, pertencentes a diversas carreiras e 10 (dez) servidores cedidos.

Tabela 5: Força de trabalho disponível:

UNIDADE	ATUAM EXCLUSIVAMENTE NAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA					ATUAM PARCIALMENTE NAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA	
	Equipe Técnica		Apoio Administrativo e Secretariado			Equipe Técnica	
	Servidores do Quadro	Cedidos	Estagiários	Apoio Administrativo (terceirizados)	Secretariado (terceirizados)	Servidores de Quadro	Cedidos
Geral	16	2	0	4	1	0	0
Manaus	9	1	0	0	0	0	0
Salvador	20	0	1	0	0	0	0
Goiânia	17	1	0	0	0	0	0
Belo Horizonte	11	1	1	0	0	0	0
Recife	22	3	3	0	0	0	0
Rio de Janeiro	22	0	1	1	0	0	0
Porto Alegre	21	1	0	0	0	0	0
São Paulo	12	1	1	0	0	0	0

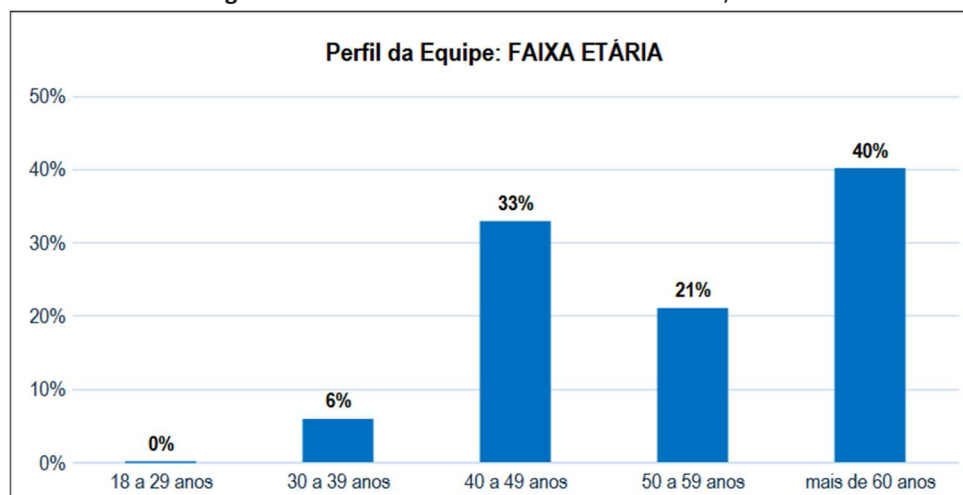
Fonte: e-corregedoria/2026.

24. No que se refere à força de trabalho, verifica-se que o quantitativo de servidores que atuam na Corregedoria do INSS é insuficiente para atender de forma plenamente adequada à carga de trabalho existente, especialmente diante do aumento contínuo do volume e da complexidade dos processos disciplinares. Embora parte dos servidores possua experiência consolidada e conhecimento técnico especializado, o número reduzido de profissionais, impacta a tempestividade da condução dos processos disciplinares. Para enfrentar esse cenário, encontram-se em andamento iniciativas voltadas à recomposição do quadro funcional, à ampliação de ações de capacitação continuada e ao fortalecimento do modelo de trabalho remoto colaborativo, além da adoção de recursos tecnológicos que visam otimizar rotinas e aumentar a produtividade. Tais medidas buscam mitigar os impactos do déficit de pessoal enquanto se aguarda a expansão efetiva da força de trabalho.

2.5.1. Perfil da Equipe – Faixa Etária:

25. Apresentamos a seguir o perfil da equipe da unidade correcional (Fig. 5).

Figura 5: Faixa etária dos servidores da CORREG/INSS

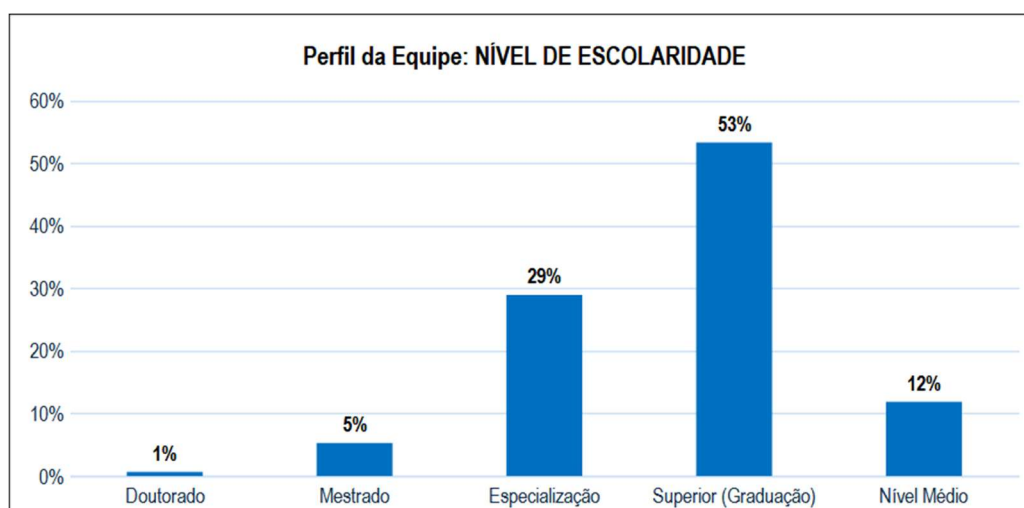


Fonte: e-corregedoria/2026.

2.5.2. Perfil da Equipe – Nível de Escolaridade:

26. Apresentamos a seguir o nível de escolaridade da equipe da unidade correcional (Figura 6). Cerca 88% da equipe tem escolaridade igual ou superior à especialização, o que demonstra um nível elevado de qualificação e comprometimento com o desenvolvimento profissional contínuo.

Figura 6: Nível de escolaridade dos servidores da CORREG/INSS



Fonte: e-corregedoria/2026.

2.5.3. Ações de Capacitação da Equipe da Corregedoria:

27. No exercício de 2025, os servidores do quadro de pessoal da CORREG/INSS participaram de diversas ações de capacitação voltadas a temas de interesse da área, consoante **Anexo II** deste relatório, totalizando 11.846 horas; assim, cada servidor da Corregedoria participou, em média, de 74 horas de ações de capacitação em 2025.

2.6. APOIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

28. A unidade de correição está formalmente vinculada à Presidência do INSS, bem como a unidade de correição possui frequentemente canal de comunicação direto com os gestores da alta administração.

2.7. TRANSPARÊNCIA ATIVA DOS DADOS E PUBLICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

29. A CORREG/INSS possui página específica na intranet e no Portal do INSS (<https://www.gov.br/inss/>) com informações atualizadas sobre a Corregedoria, constando:

- I. informações principais da Corregedoria, contendo informações sobre a sua organização interna, bem como endereço, telefone e e-mail para contato;
- II. dados sobre o titular da Corregedoria Geral do INSS, contendo o nome e o currículo do titular da unidade setorial de correição, bem como o período do mandato no cargo;
- III. normas vigentes inerentes à atividade correcional;
- IV. a qualificação como unidade de correição instituída;
- V. o último relatório de gestão correcional.

30. Por fim, cabe mencionar que o procedimento para publicação de atos processuais no boletim interno ou de serviço estão definidos pela área responsável do INSS. O boletim interno ou de serviço está em transparência ativa, publicado em formato *online*, sendo acessível por pessoas de fora do órgão.

3. AUTOAVALIAÇÃO DO MODELO DE MATURIDADE CORRECIONAL (CRG-MM)

31. O Modelo de Maturidade Correcional (CRG-MM) é um instrumento prioritário da Política de Gestão Correcional desenvolvido pela Corregedoria-Geral da União (CRG) - Órgão Central do SisCor, da Controladoria-Geral da União (CGU), e tem por objetivo orientar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades correcionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal (vide **Fig. 7**).



Figura 7: Matriz de Maturidade Correcional 3.0.

	Serviços e papel da AC (Atividade correcional)	Gerenciamento de pessoas	Gerenciamento do desempenho e transparência	Governança e relacionamento organizacional
NÍVEL 5 Otimizado	KPA 5.2 - USC reconhecida como agente de mudança KPA 5.1 - Julgamento de processos de responsabilização de pessoas jurídicas	KPA 5.3 - Equipes engajadas	KPA 5.4 - USC no planejamento estratégico	KPA 5.5 - USC reconhecida como promotora de resultados confiáveis e efetivos
NÍVEL 4 Gerenciado	KPA 4.2 - Julgamento de processos correcionais e instauração de processos de responsabilização de pessoas jurídicas KPA 4.1 - Atuação preventiva a partir de riscos e vulnerabilidades	KPA 4.3 - Gestão eficaz de equipes	KPA 4.4 - Medidas de aferição de desempenho da atividade correcional	KPA 4.5 - USC como componente essencial da integridade
NÍVEL 3 Integrado	KPA 3.1 - Instauração, celebração de acordos e acompanhamento técnico de processos correcionais acusatórios	KPA 3.2 - Profissionais qualificados	KPA 3.3 - Transparência ativa e gestão de informações no âmbito da USC	KPA 3.4 - Atuação com independência
NÍVEL 2 Padronizado	KPA 2.2 - Gestão dos processos correcionais acusatórios KPA 2.1 - Gestão das admissibilidades e dos procedimentos correcionais investigativos	KPA 2.3 - Desenvolvimento profissional	KPA 2.5 - Gerenciamento e apresentação de informações KPA 2.4 - Planejamento	KPA 2.7 - Institucionalização e estruturação da USC KPA 2.6 - Interlocução e cooperação
NÍVEL 1 Inicial	Atividade não estruturada; dependente de esforços e habilidades individuais; resultados não sustentados; falta de estrutura e recursos (financeiros, humanos e tecnológicos). * Todas as organizações são em regra categorizadas no primeiro nível de MATURIDADE correcional até que tenham concluído a sua avaliação.			

KPA: do inglês *Key Process Area* (macroprocesso-chave)

USC: Unidade Setorial de Correição

Fonte: Corregedoria-Geral da União, CRG/CGU/Portal de Corregedorias/SisCor/Modelo de Maturidade Correcional.

32. O modelo busca auxiliar as unidades setoriais de correição (USCs) na identificação de seu nível e maturidade correcional, fornecendo parâmetros para o estabelecimento do patamar de desempenho desejado, sem, contudo, limitar os gestores a um conjunto de soluções pré-determinadas. Trata-se de uma ferramenta estratégica concebida não apenas para realizar o diagnóstico do nível de maturidade correcional, mas também para orientar e dar suporte à evolução contínua para a excelência na gestão e resultados, bem como tem por objetivo refletir no fortalecimento da integridade institucional.

33. O CRG-MM possibilita “a avaliação do grau de maturidade correcional de uma organização pública, estruturado em 5 níveis progressivos, diferenciados pelos graus de desempenho esperados, sendo que cada um dos níveis se divide em 4 elementos que são as áreas avaliadas, com as respectivas características”.

34. Para a efetiva implementação de uma atividade prevista no CRG-MM é essencial seguir um roteiro estruturado de ações. Esse roteiro deve abranger desde o **diagnóstico detalhado da situação atual**, identificando desafios e oportunidades; passar pela etapa de **execução prática das medidas planejadas**, e, por fim, realizar as necessárias **verificações e avaliações de todo esse processo**, de modo a consolidar a atividade, permitindo ajustes e melhorias, caso necessário.

35. A CORREG/INSS foi certificada pela CRG/CGU com o Nível 2 – Padronizado, nos termos da **Fig. 8** a seguir:

Figura 8: Modelo de Maturidade Correcional (CRG-MM) da Corregedoria-Geral/INSS



Fonte: e-PAD, Corregedoria-Geral da União - CRG/CGU, 2025

36. A autoavaliação realizada no âmbito da CORREG/INSS evidenciou avanços significativos na consolidação de práticas correcionais padronizadas, refletidos na certificação conferida pela CRG/CGU no Nível 2 – Padronizado. Observou-se a adoção crescente de procedimentos uniformizados, alinhados às diretrizes nacionais do Sistema de Correição, bem como a evolução na estruturação documental dos processos e na observância dos marcos normativos aplicáveis.

37. Contudo, a avaliação também revelou fragilidades que demandam atenção: a necessidade de aprimorar mecanismos de monitoramento contínuo e indicadores de desempenho; lacunas na sistematização de lições aprendidas e na retroalimentação dos processos de trabalho; variação no nível de capacitação e experiência entre os servidores envolvidos nas atividades correcionais; limitações estruturais e operacionais que impactam a plena implementação de práticas mais avançadas de gestão e de prevenção.

38. De modo geral, os achados demonstram que a CORREG/INSS atingiu um patamar consistente de padronização operacional, mas ainda possui desafios a superar para avançar rumo a níveis superiores de maturidade, especialmente no que se refere à gestão estratégica, monitoramento e aperfeiçoamento contínuo.

38. Ao longo de 2026, a CORREG/INSS manterá esforços contínuos voltados à consolidação e ao aprimoramento de seus processos de gestão. As medidas implementadas desde o último ciclo avaliativo demonstram avanços significativos na padronização de procedimentos, no fortalecimento da governança interna e na ampliação da capacidade de monitoramento das atividades correicionais.

39. Os resultados já observados indicam uma evolução consistente da maturidade institucional, especialmente no que se refere ao atendimento dos requisitos dos quatro KPAs do Nível 3. Considerando as ações em andamento e os progressos alcançados, projeta-se que o próximo ciclo avaliativo registre, no mínimo, o Nível 3 – Integrado, refletindo o compromisso da Corregedoria com a melhoria contínua, a eficiência administrativa e o alinhamento às melhores práticas de gestão pública.

4. PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS E PROCESSOS CORRECIONAIS INSTAURADOS

39. Em 2025, a Corregedoria-Geral do INSS recebeu 490 (quatrocentos e noventa) comunicações de supostas irregularidades, realizou 490 (quatrocentos e noventa) Juízos de Admissibilidade, destes 166 (cento e sessenta e seis) foram recepcionados e os demais arquivados.

4.1. COMUNICAÇÕES DE IRREGULARIDADES

40. Em 2025, a Corregedoria realizou 490 (quatrocentos e noventa) comunicações de supostas irregularidades (denúncias, representações e demais demandas), nos termos da **Tab. 7** a seguir:

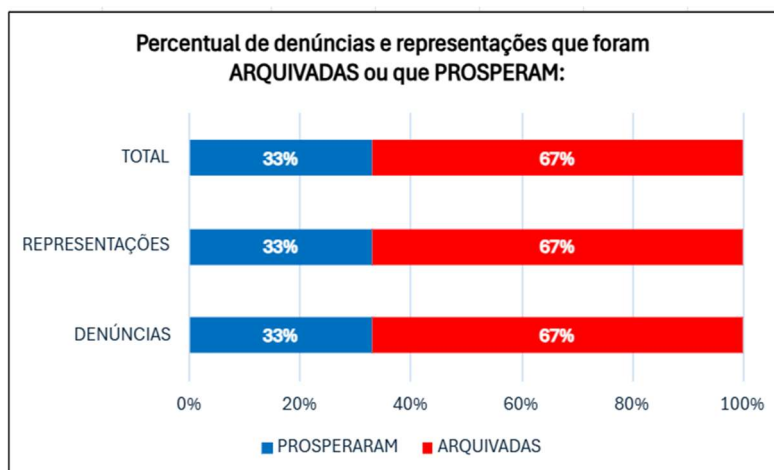
Tabela 7: Juízo Prévio de Admissibilidade

Enquadramento	DENÚNCIAS - OUVIDORIA (FALA.BR)			REPRESENTAÇÕES			
	Comunicações (denúncias anônimas)	Denúncias	Total	Ministério Público	Órgãos de Controle (CGU/TCU)	Demais	Total
Recepcionados	-	35	35	2	7	122	166
Não Recepcionados	-	71	71	4	14	235	324
Total	-	106	106	6	21	357	490

Fonte: e-corregedoria/2026.

41. Das comunicações recebidas, verificou-se que, após Juízo Prévio de Admissibilidade (Triagem Inicial), 67% das denúncias e representações recebidas não prosperaram para nenhum tipo de investigação posterior (foram ARQUIVADAS), pois não continham indícios de materialidade ou não constituem matéria passível de responsabilização disciplinar ou responsabilização de ente privado (vide Fig. 9).

Figura 9: Juízos Prévios de Admissibilidade realizados.



4.2. ADMISSIBILIDADES

42. Em 2025, a Corregedoria-Geral do INSS realizou 490 (quatrocentos e quarenta) Juízos de Admissibilidade, destes 153 (cento e cinquenta e três) foram convertidos em Investigações Preliminares Sumárias – IPS (**Tab. 8**).

43. Dentre as recomendações emitidas, 285 (duzentos e oitenta e cinco) foram para o arquivamento, 44 (quarenta e quatro) para celebração de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), 166 (cento e sessenta e seis) instauração de PAD (Processo Administrativo Disciplinar), 7 (sete) Sindicância Patrimonial e 13 (treze) em Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

Tabela 8: Admissibilidades realizada

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE		INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA (IPS)		RECOMENDAÇÕES				
Recebidos	Em Andamento	Convertidos em IPS	Em Andamento	Arquivamento	TAC	PAD	Sindicância Patrimonial	PAR
490	29	153	7	285	44	166	7	13

Fonte: e-corregedoria/2026.

4.3. PROCESSOS CORRECIONAIS INSTAURADOS

44. Quanto aos processos de apuração, em 2025, a Corregedoria instaurou 186 (cento e oitenta e seis) processos correccionais, conforme **Tab. 9** a seguir:

Tabela 9: Processos correccionais instaurados.

Processos Correccionais		Quantidade
PAD	Sumário	166
	Ordinário	
Sindicância Patrimonial		7
PAR		13
TOTAL		186

Fonte: e-corregedoria/2026.

45. Comparativamente, houve um aumento de aproximadamente 59% em relação a 2024 (117 processos). Tal aumento no número de instaurações ocorreu, principalmente, em função do maior volume de demandas encaminhadas pelos setores finalísticos, do fortalecimento das práticas de controle interno e da ampliação das ações de monitoramento preventivo, que passaram a identificar com maior precisão situações potencialmente irregulares e passíveis de apuração formal.”

4.4. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

46. Em 2025, a Corregedoria-Geral do INSS realizou 104 (cento e quatro) procedimentos de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme **Tab. 10** a seguir:

Tabela 10: Termos de ajustamento de conduta (TAC)

Situação	Quantidade
Juízos de Admissibilidade positivos	44
Celebrados/publicados	44
Em monitoramento	0
Encerrados	16
Convertidos em PAD	0
TOTAL	104

Fonte: e-corregedoria/2026.

4.5. JULGAMENTOS DE PAD

47. Em 2025, foram julgados 34 (trinta e quatro) processos correccionais disciplinares, conforme **Tab. 11** a seguir:

Tabela 11: Julgamentos de agentes públicos.

Enquadramento	Quantitativo
Arquivamento*	115
Penalidade de Advertência	3
Penalidade de Suspensão	20
Penalidade de Demissão	96
Penalidade de Destituição de Cargo em Comissão	0
PAD anulado parcialmente	0
PAD anulado totalmente	0
Pedido de Revisão	10
TOTAL	244

Fonte: e-corregedoria,

48. Por fim, cabe mencionar que em 2025 ficaram pendentes de conclusão 22 processos correccionais, conforme **Tab. 13** a seguir: colocar o que está em andamento

Tabela 13: Processos correccionais pendentes de conclusão.

Processos Correccionais		Quantidade
PAD	Sumário	10
	Ordinário	10
Sindicância Patrimonial		1
PAR		1
TOTAL		22

Fonte: e-corregedoria/2026.

5. ANÁLISE GERENCIAL QUANTO AOS PRINCIPAIS MOTIVOS DAS APURAÇÕES

49. Dentre os processos recebidos para análise em sede de admissibilidade, os principais motivos das apurações realizadas pela unidade de correição estão sintetizados na **Fig. 12** a seguir:

Figura 12: Motivos das apurações realizadas pela unidade de correição.



Fonte: e-corregedoria/2026.

* Para consulta aos números pertinentes aos principais motivos das apurações vide **Anexo III** deste relatório.

50. Os dados de 2025 confirmam a necessidade de fortalecimento das ações correccionais dentro do INSS, principalmente de prevenção de ilícitos administrativos. Nesse sentido, a Corregedoria-Geral/INSS segue comprometida com a transparência, integridade e eficiência administrativa, atuando de forma estratégica para aprimorar a gestão da atividade correccional.

6. ANÁLISE DOS PROBLEMAS RECORRENTES E DAS SOLUÇÕES ADOTADAS

51. Em 2025, a CORREG/INSS adotou uma metodologia orientada pela utilização abrangente de dados correccionais, visando aprimorar a análise dos processos, fortalecer a capacidade de monitoramento e embasar decisões com maior precisão. Essa abordagem permitiu o desenvolvimento de diagnósticos mais robustos, a identificação de padrões relevantes e o direcionamento de ações estratégicas voltadas ao aprimoramento da atividade correccional.”

52. Apresenta-se a seguir os problemas recorrentes identificados e as soluções adotadas pela Corregedoria (**Tab. 14**):

Tabela 14: Plano de Ação para atingimento do nível de maturidade almejado:

PROBLEMAS RECORRENTES IDENTIFICADOS	SOLUÇÕES ADOTADAS
Recorrência de denúncias e representações a respeito de: <ol style="list-style-type: none"> 1. Condutas impróprias nas relações interpessoais de trabalho; 2. Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos; 3. Ausência ou impontualidade ao serviço (abandono e inassiduidade); e 4. Cometimento de assédio sexual e moral 	I. Campanhas internas de conscientização acerca do assédio moral e sexual
	III. Fortalecimento do uso de Investigação Preliminar Sumária (IPS) para os casos que requerem aprofundamento da admissibilidade, no intuito de coletar mais elementos de informação acerca da existência de elementos de autoria e materialidade relevantes antes de eventual instauração de processo correccional ou arquivamento;
	IV. Fortalecimento do uso do e-PAD, utilizando-o de forma concomitante ao desenvolvimento do processo correccional, bem como as suas funcionalidades (gerenciamento das atividades, alertas, painéis e relatórios, EVA etc.), e implementação do Dashboard de Power BI, ampliando controle, rastreabilidade e monitoramento de prazos; e
	V. Adoção de medidas preventivas e capacitações focadas nos riscos mais incidentes, especialmente assédio sexual e condutas inadequadas.
Escassez de servidor para atuar em processos correccionais.	I. Utilização de ferramentas tecnológicas para realização de oitivas por videoconferências
	II. Aproveitamento de servidores com experiência prévia em processo administrativo disciplinar
	III. Classificação dos procedimentos por criticidade e risco, garantindo melhor alocação de recursos humanos.
	IV. Redefinição temporária de escopo e prioridades.

Fonte: e-corregedoria

7. AÇÕES CONSIDERADAS EXITOSAS

53. Em 2025, a CORREG/INSS avançou de forma significativa na consolidação de sua gestão ao incorporar, de maneira estruturada, os conceitos de gerenciamento de riscos de ilícitos disciplinares, fortalecendo tanto sua capacidade analítica quanto suas práticas preventivas. As ações implementadas incluíram a ampliação de capacitações dirigidas aos servidores, a padronização de fluxos de trabalho e a articulação com áreas competentes para o fortalecimento da estrutura organizacional e da força de trabalho. Como resultado desse conjunto de iniciativas, observaram-se melhorias expressivas nas análises dos processos, o incremento da taxa de conformidade dos procedimentos, o aumento da participação dos servidores em capacitações e a elevação

da capacidade de detecção precoce de riscos disciplinares. Esses avanços evidenciam a evolução da maturidade institucional da Unidade Setorial Correccional e fundamentam os resultados apresentados ao longo deste relatório.

54. A seguir estão apresentadas as principais ações exitosas executadas:

- Participação em eventos de capacitação sobre temas atuais da atividade correccional;
- Oferta de capacitação específica sobre o e-PAD;
- Publicação do Relatório de Gestão Correccional – 2025, consolidando resultados e análises das atividades do ano;
- Monitoramento dos Indicadores de Desempenho dos processos disciplinares; e
- Padronização de todos os procedimentos.

8. PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS E PROPOSTAS DE AÇÕES PARA SUPERÁ-LAS

55. Conforme mencionado anteriormente, a desproporção entre o quantitativo de pessoal disponível e o volume de trabalho demandado permanece como um dos principais obstáculos enfrentados pela Corregedoria. Essa assimetria impacta diretamente a capacidade de resposta da unidade, limita o avanço de iniciativas estratégicas e exige esforços contínuos de priorização, otimização de fluxos e redistribuição interna de atividades.

56. Apresenta-se a seguir as principais dificuldades enfrentadas pela Corregedoria e propostas de ações para superá-las (**Tab. 18**):

Tabela 18: Principais dificuldades enfrentadas pela Corregedoria e propostas de ações para superá-las:

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS	PROPOSTAS DE AÇÕES	SITUAÇÃO	RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO
Força de Trabalho Insuficiente	I. Utilização de ferramentas tecnológicas para realização de oitivas por videoconferências	Integralmente cumprida.	Equipe Técnica da Corregedoria
	II. Aproveitamento de servidores com experiência prévia em processo administrativo disciplinar	Parcialmente cumprida.	Equipe Técnica da Corregedoria
	III. Classificação dos procedimentos por criticidade e risco, garantindo melhor alocação de recursos humanos.	Integralmente cumprida.	Equipe Técnica da Corregedoria
	IV. Redefinição temporária de escopo e prioridades.	Integralmente cumprida.	Equipe Técnica da Corregedoria
	V. Capacitação de novos servidores	Integralmente cumprida.	Equipe Técnica da Corregedoria
	VI. Implementação do Juízo Prévio de Admissibilidade a partir do recebimento das denúncias e representações, de forma a reduzir o acúmulo de processos aguardando análise de admissibilidade e robustecer a instrução processual para otimizar a análise dos processos pendentes de tratamento;	Integralmente cumprida.	Titular e Equipe Técnica da Corregedoria
	IX. Fortalecimento do uso de Investigação Preliminar Sumária (IPS) para os casos que requerem aprofundamento da admissibilidade, no intuito de coletar mais elementos de informação acerca da existência de elementos	Integralmente cumprida.	Titular e Equipe Técnica da Corregedoria

	de autoria e materialidade relevantes antes de eventual instauração de processo correccional ou arquivamento;		
	X. Fortalecimento do uso do e-PAD, utilizando-o de forma concomitante ao desenvolvimento do processo correccional, bem como as suas funcionalidades (gerenciamento das atividades, alertas, painéis e relatórios, EVA etc.), e implementação do Dashboard de Power BI, ampliando controle, rastreabilidade e monitoramento de prazos; e	Parcialmente implementada.	Titular e Equipe Técnica da Corregedoria
	XI. Adoção de medidas preventivas e capacitações focadas nos riscos mais incidentes, especialmente condutas inadequadas.	Parcialmente implementada.	Titular e Equipe Técnica da Corregedoria
Risco à integridade e ao sigilo das informações, associado ao uso inadequado dos níveis de acesso no Sistema Eletrônico de Informações – SEI e à adoção de controles predominantemente manuais.	IV. Revisão Periódica: monitorar documentos de alto risco que não foram revisados ou que mantêm nível de acesso público indevidamente;	A ser implementada em 2026.	Titular e Equipe Técnica da Corregedoria
	VI. Treinamento contínuo: capacitar os usuários sobre a diferenciação de documentos públicos, restritos e sigilosos.	A ser implementada em 2026.	Titular da Corregedoria e setor responsável pela LAI

9. PLANO ANUAL CORRECCIONAL 2026

57. Conforme já mencionado, a Corregedoria-Geral do INSS caracteriza-se como unidade de dupla vinculação no âmbito da estrutura organizacional da Autarquia. Sob o aspecto administrativo, a CORREG-INSS encontra-se subordinada ao Gabinete da Presidência do INSS.

58. Nesse sentido, o Plano Anual Correccional 2026 encontra-se vinculado ao Plano de Ação da Autarquia, pautado no fortalecimento da governança, pela promoção da integridade pública e pela modernização dos processos internos.

59. Tais diretrizes, buscam priorizar práticas que reforcem o comportamento íntegro, cultura organizacional orientada pela legalidade e ao interesse público, Implementar soluções tecnológicas que aprimorem a rastreabilidade, a padronização e a celeridade dos procedimentos correccionais, assegurar a divulgação adequada das orientações, normativos e procedimentos internos relacionados à atividade correccional, incentivar a participação o em capacitações internas e externas, fortalecendo habilidades técnicas essenciais e priorizar ações que contribuam para maior eficácia dos serviços prestados pelo INSS, garantindo segurança jurídica confiabilidade institucional e atendimento humanizado.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

67. Diante das informações constantes neste relatório, resta comprovado que os resultados alcançados no exercício de 2025 evidenciam que as ações desenvolvidas pela Corregedoria-Geral mantiveram aderência ao planejamento institucional, ao mesmo tempo em que refletiram os efeitos positivos dos investimentos realizados em capacitação e em tecnologia da informação.

68. As atividades desenvolvidas ao longo do período permitiram avanços significativos na padronização dos procedimentos, na conformidade técnica dos processos disciplinares e na integração com as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral da União.

69. Destaca-se, como marco relevante, a certificação da CORREG/INSS no Nível 2 – Padronizado, conferida pela CRG/CGU, refletindo a consolidação de práticas estruturadas, a observância a normativos e a aplicação de métodos uniformes em atividades críticas da função correcional. A adoção de fluxos processuais aprimorados e o fortalecimento dos mecanismos de supervisão contribuíram para maior previsibilidade e qualidade dos resultados.

70. No tocante aos desafios, verificou-se a necessidade de evolução em áreas relacionadas ao monitoramento sistemático das atividades, à ampliação e qualificação dos indicadores de desempenho e à melhoria na gestão do conhecimento. Persistem, ainda, assimetrias no nível de capacitação das equipes, bem como limitações operacionais que impactam a plena implementação de práticas mais estratégicas e preventivas.

71. Para o exercício de 2026, a Corregedoria-Geral do INSS estabeleceu como meta a atuação em 750 (setecentos e cinquenta) procedimentos correicionais, abrangendo os seguintes instrumentos: Processo Administrativo Disciplinar (PAD), nos ritos ordinário e sumário; Sindicância Investigativa (SINVE); Sindicância Acusatória (SINAC); Investigação Preliminar Sumária (IPS); bem como a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

72. Por fim, destaca-se que as ações desenvolvidas pela Corregedoria-Geral permanecem alinhadas aos princípios da eficiência, economicidade, razoável duração do processo e segurança jurídica, com vistas a garantir a entrega de resultados compatíveis com as expectativas de controle, prevenção e responsabilização no âmbito da Administração Pública.

ANEXO I – CORREGEDORIAS REGIONAIS

Corregedorias Regionais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Corregedoria Regional de Porto Alegre
Corregedoria Regional de São Paulo
Corregedoria Regional do Rio de Janeiro
Corregedoria Regional de Belo Horizonte
Corregedoria Regional de Goiânia
Corregedoria Regional de Salvador
Corregedoria Regional de Recife
Corregedoria Regional de Manaus

ANEXO II – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DA CORREGEDORIA

SERVIDOR	MATRÍCULA	CURSO OU EVENTO	CARGA HORÁRIA	DATA
VIRGILIO RUBENS CORDEIRO PINHEIRO	0.221.246	DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/07/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/15/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/21/25
ULCIMAR FREITAS	0.750.352	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
URAI GRILO ROSA	1.064.963	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/08/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	10/02/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	10/07/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	10/20/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	12/10/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	12/11/25
		COMUNICAÇÃO PROCESSUAIS	10	12/12/25
FRANCISCO AIRES AFONSO FILHO	1.204.558	SINDICÂNCIA PATRIMONIAL – SINPA	14	06/04/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		DIA DA INTEGRIDADE EMPRESARIAL 2025	10	09/10/25
PATRICIA ARAUJO ALVES DE OLIVEIRA	1.377.064	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	05/02/25

		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	05/21/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	08/18/25
		ASSÉDIO: UM ASSUNTO NECESSÁRIO	10	12/18/25
SUYANNE ANDRADE NOVAES	1.638.283	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
SUZICLEIDE BOMFIM DE SOUZA	1.708.549	A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	30	05/27/25
MARLI GUEDES CANAVARRO	0.712.408	INTRODUÇÃO À LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	10	12/18/25
		SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA TODOS	24	11/26/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		ANÁLISE DE DADOS COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO	30	10/06/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	10/02/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	09/29/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	08/22/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	08/19/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	08/08/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/22/25

		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	07/21/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/20/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/04/25
FRANCINEIRE OLINDA SANTOS DA SILVA	0.880.586	INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	11/14/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	10/08/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	09/10/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	08/13/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/27/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/26/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/27/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/23/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/13/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/09/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS	40	05/28/25

		ALTERAÇÕES		
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
		EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO (PAR)	2	05/08/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA”	2	05/07/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
JÚLIO OILMAR DE SOUZA MESQUITA	0.880.649	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/14/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/09/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/07/25
		ATIVIDADE CORRECCIONAL – VISÃO GERAL	25	06/30/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/27/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/26/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/24/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/17/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/13/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/06/25

		SCDP – SOLICITAÇÃO DO AFASTAMENTO À SERVIÇO	20	05/16/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÓNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA”	2	05/07/25
		ELABORAÇÃO DE PLANO DE ENTREGA E DE TRABALHO DO PGD	20	03/11/25
PAULO ROBERTO DOS SANTOS LAPA	0.881.016	INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	07/06/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/02/25
		ATIVIDADE CORRECCIONAL – VISÃO GERAL	25	06/19/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/09/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/28/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	05/27/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
		EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO (PAR)	2	05/08/25
		CURSO EPAD	4	05/06/25
ROSINEIDE VIEIRA LIMA	0.881.027	ATIVIDADE CORRECCIONAL – VISÃO GERAL	25	12/23/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	10/28/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	09/09/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	08/18/25

		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	07/24/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/28/25
ANTÔNIO EDILTON QUINTO DO ROSÁRIO	1.564.424	GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	07/04/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	06/30/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	06/10/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/09/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/04/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/27/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	04/30/25
		PROVAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	20	04/23/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	04/07/25
		SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO INSS	10	03/17/25
MESSIAS DA SILVA FERNANDES	1.637.993	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO CULTURAL	10	11/24/25
		ANÁLISE DE DADOS COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO	30	11/09/25
		CONDUTOR DE TURISMO EM ESPAÇOS CULTURAIS LOCAIS	200	10/29/25

		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	10/28/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	10/08/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	10/02/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	09/05/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	08/21/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	08/19/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	08/18/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/24/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/21/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/07/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/27/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/13/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/06/25
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL – SINPA	14	06/07/25
ANGELA MARIA SILVA ZUMBA	1.948.183	INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	12/16/25

		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	12/09/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	12/08/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	12/01/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	11/28/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	11/27/25
		SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI/USAR	20	11/25/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	11/24/25
		ADMISSIBILIDADE CORRECIONAL	20	11/14/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	11/13/25
FRANCINETE DIAS NOBREGA	0.530.793	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
LIVIA MARQUES DE ALENCAR CARVALHO	0.530.793	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	32	02/17/25
JOSELITO RODRIGUES DE FREITAS	1.377.698	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	32	02/17/25
ANDREIA CARVALHO LIMA	1.452.573	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/26/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	06/03/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/02/25
		PROVAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	20	03/18/25

		LEI Nº 8.112/90 E ALTERAÇÕES	40	05/31/25
		ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	20	06/05/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	04/08/25
		ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ENTREGA E DE TRABALHO DO PGD	20	04/11/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	10	03/17/25
		SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO INSS	10	04/07/25
PAULO SANCHES DOS REIS	1.477.590	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		INTEGRIDADES – EXPERIÊNCIAS EM INTEGRIDADE	2	09/25/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	32	03/11/25
		GOVERNANÇA, COMPLIANCE E INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA	60	08/21/25
EDUARDO JOSÉ DE OLIVEIRA DA SILVA	1.526.427	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	32	02/17/25
MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA	1.636.055	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	32	02/17/25
NILSON CORDEIRO DE LIMA	0.155.997	EPAD PEC, EPAD PAR, CGUPAD	2	05/08/25
SANDRA MARIA DE LIMA	0.244.381	EPAD PAR PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO	2	05/09/25
		EPAD PEC	2	05/08/25

SUELY FRANCISCO DA SILVA	0.888.043	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	40	10/13/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	10/08/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	09/14/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	08/29/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	10	08/22/25
		ATIVIDADE CORREICIONAL – VISÃO GERAL	25	08/14/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO INSS	12	07/25/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/23/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/21/25
		TERINAMENTO EPAD	3	02/24/25
RADI CHAGAS COUTINHO	0.888.061	EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO	4	05/08/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
ANTÔNIO RICARDO CASTELO BRANCO PEQUENO	0.888.350	EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO – PAR	2	05/08/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD-PEC USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORREICIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA	2	05/07/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
EDUARDO LUIZ GABRIEL DA SILVA	0.890.207	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	10/01/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	09/30/25

		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/23/25
RENATO FERREIRA ARANTES	1.532.590	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	40	10/13/25
		CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	04/01/25
		APOSENTADORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	12	03/10/25
MANOEL PEDRO GOMES FILHO	1.559.416	PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL – SINPA	14	06/04/25
ROBERTO AUGUSTO DE MENDONÇA AMBROSIO	1.563.351	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	40	10/13/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	09/12/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	09/05/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	08/01/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/21/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	08/12/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	08/28/25
JORGE PERSONA	6.257.341	COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	12/11/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	12/08/25

		ATIVIDADE CORREICIONAL – VISÃO GERAL	25	12/01/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	09/25/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	09/09/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	11/28/25
OTÍLIO DE FIGUEIREDO BARROS	0.890.034	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	12/02/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	10/02/25
JUAREZ FARIAS DA LUZ	0.890.213	CERTIFICADO ATIVIDADE CORREICIONAL	25	12/16/25
		CERTIFICADO ÉTICA SERVIÇO PÚBLICO	20	12/15/25
ANDERSON SOUSA BATISTA MACHADO	3.004.448	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	40	10/13/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	10/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	09/30/25
LÍVIA VIEIRA DE GODOY	1.450.418	COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: BASE E APLICAÇÕES NA ERA DO TRABALHO REMOTO	18	10/06/25
		CERTIFICADO SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (24379733)	40	10/13/25
		À RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO	30	09/07/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	08/07/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	06/13/25

		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/12/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	10	06/09/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/03/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/05/25
		CERTIFICAÇÃO ÉTICA E INTEGRIDADE PÚBLICA	82	02/19/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	08/08/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	07/21/25
		INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO INSS	15	07/22/25
		ANÁLISE DE DADOS: COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO	30	11/06/25
		SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NO INSS	10	08/25/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	08/03/25
		INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO	20	02/21/25
GLAUCON ROCHA DIAS	1.526.238	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
BRUNO APARECIDO SOARES	1.563.601	LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	08/20/25

		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	08/16/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	08/15/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	08/13/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	08/11/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/21/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/07/25
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL – SINPA	14	06/04/25
		TRILHA DE APRENDIZAGEM TRILHA FLUÊNCIA	10	02/21/25
DAVIDSON FILIPE SIMEÃO DOS SANTOS	2.311.168	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	09/10/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	09/01/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	08/20/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	08/06/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECIONAL EM ADMISSIBILIDADES NA PRÁTICA”	2	05/23/25
		PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO	2	05/08/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	11/01/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/09/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/01/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO	12	07/07/25

		INSS		
		FUNDAMENTOS DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO	20	02/01/25
ANTONIO AUGUSTO CANUTO	0.896.487	EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO (PAR)	2	05/08/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADES NA PRÁTICA”	2	05/07/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADES NA PRÁTICA”	4	05/06/25
JEAN CARLOS ANIZIO DA SILVA	1.097.657	DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
CLEO DECKER ANACLETO	1.375.842	ATIVIDADE CORRECCIONAL – VISÃO GERAL	25	10/17/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/30/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	07/21/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	06/02/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	05/26/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/02/25
EDUARDO DE OLIVEIRA SOUSA	1.492.302	ATIVIDADE CORRECCIONAL – VISÃO GERAL	25	08/28/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	08/14/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	08/06/25

		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	08/05/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	06/11/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
DOUGLAS DE ALENCAR GOMES	1.514.144	ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	09/05/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	3	08/25/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	08/11/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/16/25
VALDINETE MACIEL NASCIMENTO	1.524.182	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/09/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/04/25
		JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO	4	04/11/25
LUCAS TINOCO CABRAL	1.524.183	INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	06/02/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	05/30/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/29/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
DANIEL DE SOUZA CRISOSTOMO	1.778.963	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		SINDICÂNCIA PATRIMONIAL – SINPA	14	06/04/25

		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	05/27/25
		PAUSAS REGENERATIVAS E PREVENÇÃO AO BURNOUT	2	04/14/25
		METODOLOGIA PARA A CONDUÇÃO DE OITIVAS	4	04/11/25
		ENCONTRO DE CORREGEDORIAS	4	04/10/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	04/07/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	03/17/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	02/25/25
CRISTOVAO LACERDA CRONJE	2.021.870	AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS ATRAVÉS DA RPA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (TURMA JAN/2025)	25	01/25/25
		ENTENDENDO A GAMIFICAÇÃO (TURMA MAR/2025)	1	03/10/25
		ESTATÍSTICA PARA ANÁLISE DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (TURMA MAR/2025)	25	03/11/25
		O PAPEL DO DEVOPS NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (TURMA MAI/2025)	20	05/27/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES (TURMA JUN/2025)	23	06/04/25
		LEI Nº 8112/90 E SUAS ALTERAÇÕES (TURMA JUN/2025)	40	06/05/25
		INFORMAÇÃO DE DOCUMENTOS E MINERAÇÃO DE CONHECIMENTOS (TURMA	4	06/24/25

		JUN/2025)		
KLEBER FERREIRA DE AZEVEDO	1.637.930	LEI Nº 8112/90 E SUAS ALTERAÇÕES (TURMA MAI/2025)	40	05/29/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR	18	
UIARA PORTO REGAS	2.148.453	ATIVIDADE CORRECIONAL - VISÃO GERAL (TURMA FEV/2026)	25	02/13/25
		LEI Nº 8112/90 E SUAS ALTERAÇÕES (TURMA JUN/2025)	40	06/02/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	09/08/25
DEOLINDO SERGIO PEREIRA NETO	0.904.300	LEI Nº 8112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	
EDYCLEY FRANCA COELHO DE LEMOS	2.129.619	DESENVOLVIMENTO DE PAINÉIS EM QLIK SENSE NO INSS	20	12/12/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO (PAR	2	07/31/25
		EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	3	06/06/25
		EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO (PAR)	2	05/08/25
		BOAS PRÁTICAS PARA NAVEGAR SEGURO NA INTERNET	4	04/16/25
		METODOLOGIA PARA A CONDUÇÃO DE OITIVAS	4	04/12/25
		INDICIAMENTO E RELATÓRIO FINAL DESCOMPLICADOS	4	04/11/25

		ENCONTRO DE CORREGEDORIAS	8	04/10/25
		FUNDAMENTOS DA VISÃO COMPUTACIONAL - IA DO AZURE	5	01/26/25
FRANCISCO BARROS MACIEL	0.244.358	EPAD – SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROCESSOS	3	06/03/25
FÁTIMA CRISTINA TAVARES MARIA DE ALMEIDA	0.911.538	COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE DISCIPLINAR	6	06/06/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	06/24/25
		NOÇÕES BÁSICAS DO TRABALHO REMOTO	12	05/26/25
ROSEMARY DO NASCIMENTO SETUBAL	0.914.006	COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/22/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/08/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/30/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/03/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	08/04/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/18/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DO INSS	12	07/21/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/23/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/09/25
		INTRODUÇÃO A GESTÃO PÚBLICA E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	07/28/25

		ANÁLISE DE DADOS: COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO	30	08/12/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	08/13/25
ARINO PAULO DE FIGUEIREDO JUNIOR	0.914.624	ATIVIDADE CORRECIONAL	25	12/31/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	12/30/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	12/29/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	12/28/25
ORLANDO LIMA NASCIMENTO	0.920.946	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	8	10/13/25
		COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE	6	06/06/25
MARILENE DE MENEZES MATTOS	0.922.112	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/18/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/16/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO SEXUAL E MORAL	6	06/09/25
		COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE DISCIPLINAR	6	06/06/25
LÍVIA PATRÍCIA DE MACEDO SANTANA		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/26/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	07/01/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	06/29/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS	23	06/28/25

		INFORMAÇÕES		
		ANÁLISE DE DADOS: COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO	30	06/27/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	06/24/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/16/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/12/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	06/11/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	06/10/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/09/25
		COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE	10	06/06/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	05/27/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
GUILHERME DOS SANTOS BARRETO	1.492.917	PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	06/17/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/16/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/15/25
		COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE	6	06/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/05/25

		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	02/02/25
		PREVIDÊNCIA REGIME GERAL	30	04/28/25
FERNANDA MARCHI DE CASTRO OLIVEIRA	1.517.733	COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	11/04/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	11/02/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	10/31/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	10/30/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	10/21/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	10/20/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	10/02/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
LÍVIA MACIEL ALVES ROCHA	1.524.318	COMISSÕES PROCESSANTES	10	12/08/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	10/22/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	09/04/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/29/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/07/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	05/26/25
LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	09/03/25		

		SISTEMA EPAD	4	05/06/25
CLÁUDIA VIEIRA DIOGO DA CRUZ	1.564.043	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/17/25
		VAMOS FALAR SOBRE ASSÉDIO SEXUAL?	6	10/25/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		ANÁLISE DE DADOS: COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO	30	08/25/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	06/24/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	06/16/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/10/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/09/25
		COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE	6	06/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/04/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	05/26/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	06/23/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	06/08/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS TERROSO JUNIOR	1.564.105	COMISSÕES PROCESSANTES	10	10/10/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	10/09/25

		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	06/17/25
		COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE	6	06/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	12/27/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	05/26/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	10/11/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	05/27/25
RENATA FREITAS DA SILVA BOZZI	1.633.794	COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	06/09/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	07/10/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/10/25
		COMO CALCULAR A DOSIMETRIA DE PENALIDADE	6	06/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/27/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	32	03/24/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	08/25/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	08/21/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	06/07/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/05/25

		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	07/11/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	08/22/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA”	2	05/23/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
ALESSANDRO LUIZ CARVALHO DE OLIVEIRA	1.635.495	PAR RESPONSABILIDADE	18	08/26/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/21/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/18/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/17/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/16/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/10/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/24/25
		SINPA SINDICÂNCIA PATRIMONIAL	14	06/10/25
ERIKA VIRGINIA SOARES BARCELOS	1.638.514	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	09/08/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA”	2	05/07/25
		CURSO EPAD	4	05/06/25
SIBELE COSTA ZABOLOTNY	1.994.207	COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	06/10/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO	40	10/13/25

		ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR		
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/26/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/11/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/06/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/05/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/07/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	10/07/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	10/06/25
		ANÁLISE DE DADOS: COMO SUPORTE À TOMADA DE DECISÃO	30	11/05/25
		ANÁLISE DE DADOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	10/10/25
ADILSON GUIMARÃES COSTA	0.049.157	SIMPÓSIO EM PAD	40	10/13/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	09/30/25
		TREINAMENTO E-PAD – PEC	2	08/28/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	08/18/25
		TREINAMENTO VIRTUAL E-PAD – PAR	2	07/31/25
		TREINAMENTO VIRTUAL E-PAD	3	07/29/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL –	25	07/25/25

	VISÃO GERAL		
	COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/23/25
	DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/22/25
	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/21/25
	LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/27/25
	TREINAMENTO VIRTUAL E-PAD	4	05/23/25
	TREINAMENTO VIRTUAL E-PAD – PAR	2	05/08/25
	TREINAMENTO VIRTUAL E-PAD – PEC	2	05/07/25
	TREINAMENTO E-PAD – PEC	2	02/26/25
	TREINAMENTO E-PAD	4	02/24/25
	IX CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO	16	11/12/25
	IA GENERATIVA APLICADA AO DIREITO	1	08/22/25
	CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO CIVIL	20	08/13/25
	IA NA GESTÃO E NA PRÁTICA DO ENSINO	8	12/11/25
	CURSO DE IA APLICADA À EDUCAÇÃO	24	10/10/25
	COMPROMISSO QUE TRANSFORMA	2	11/03/25
	ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/30/25
	WEBINAR – SETEMBRO AMARELO	1	09/24/25

	GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	08/29/25
	WEBINAR – ESTRATÉGIAS PARA GERENCIAR ANSIEDADE E ESTRESSE	1	08/27/25
	TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	1710	07/11/25
	SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO	1	04/17/25
	SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO – SIPAT	1	04/16/25
	GEOPOLÍTICA DA IA – OPORTUNIDADES E RISCOS PARA O BRASIL EM 2026	2	12/02/25
	ANÁLISE DE DADOS: SUPORTE A TOMADA DE DECISÃO	30	08/04/25
	ANÁLISE DE DADOS: UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	08/01/25
	EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	07/04/25
	EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/27/25
	EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/13/25
	EXPLORANDO O FUTURO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	1	06/06/25
	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SMART CITIES	3	05/05/25
	NAVEGAR SEGURO NA INTERNET	1	04/18/25

IVANIR MARTINS RIOS	0.927.727	CURSO ONLINE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	24	10/21/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA”	2	07/30/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	3	07/29/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD – PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO (PAR)	2	05/08/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD – PEC – USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA	2	05/07/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	05/06/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	01/29/25
JUCENARA PEIXÓ DOS SANTOS FOSSATTI	0.929.244	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – EPAD	24	10/21/25
		SIMPÓSIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	08/04/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	12	07/14/25
		ATIVIDADE CORRECCIONAL	25	07/13/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/12/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/09/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/07/25
		PREVENÇÃO E	12	06/24/25

		ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO		
		EPAD – PEC – USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA	2	05/07/25
		EPAD	4	05/06/25
PATRÍCIA DE ALMEIDA ZANINI	1.100.525	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	08/22/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	08/16/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	08/15/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	08/14/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	08/13/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	08/11/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/21/25
CLAUDIA MARA KOWALSKI	1.110.108	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	10/07/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	09/29/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	09/16/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/22/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/23/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/29/25

		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/21/25
		TREINAMENTO VIRTUAL EPAD	4	01/29/25
FERNANDO DOMINGOS DA SILVEIRA	1.379.783	GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO	20	11/07/25
		ANÁLISE DE DADOS UMA LEITURA CRÍTICA DAS INFORMAÇÕES	23	12/04/25
		PAD ONLINE – 2025	24	10/21/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	09/18/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	09/17/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	09/15/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	08/18/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	08/15/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/21/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/16/25
		CURSO E-PAD	4	01/29/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	10/09/25
		INTRODUÇÃO À GESTÃO E APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	24	10/08/25
ITALO SALOMÃO RIBAS	1.524.847	COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/30/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/25/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/24/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL –	25	07/23/25

		VISÃO GERAL		
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/21/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/20/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/10/25
DANIEL RODRIGO MONÇÃO	1.563.618	DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/02/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/28/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	05/29/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	05/26/25
		TCE EM FOCO: O QUE MUDA COM A IN-TCU 98/2024?	2	05/06/25
LUIZ FELIPE FERRAZ JUNIOR	2.023.961	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		TREINAMENTO VIRTUAL E-PAD	4	05/06/25
ANGELINA TRINDADE DE ANDRADE	0.941.290	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	09/18/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	08/29/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	07/22/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/21/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS	40	05/30/25

		ALTERAÇÕES		
RAFAELA STEPHANIA OKAMURA	1.374.991	PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	05/27/25
		WEBINAR: MACHISMO ESTRUTURAL E AS BARREIRAS INVISÍVEIS NA PROFISSÃO	1	03/27/25
		INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO INSS	15	03/24/25
INGO ALAN JORGE DA PAIXÃO VIDAL	1.375.972	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
SERGIO CARLOS DE ARAUJO	1.376.773	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	09/24/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	08/18/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	07/21/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	06/23/25
ALEXANDRE CARDOSO	1.450.836	SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO – PAR	18	08/19/25
		GESTÃO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES	20	08/11/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	07/29/25
		COMISSÕES PROCESSANTES	10	07/24/25
		ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	07/17/25

		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	07/15/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	10	06/24/25
		CURSO DE SINDICÂNCIA PATRIMONIAL – SINPA	14	06/04/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES (TURMA MAI/2025)	40	05/27/25
		EPAD PROCEDIMENTO ACUSATÓRIO – ENTE PRIVADO (PAR)	2	05/08/25
		DEVERES E PROIBIÇÕES	10	06/09/25
RENAN LUZ LEAL JUNIOR	1.451.932	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD	24	10/21/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
LUIZ REGOS	1.558.081	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO SEXUAL E MORAL	6	10/30/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	10/21/25
		SIMPÓSIO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	40	10/13/25
		CURSO DE COMISSÕES PROCESSANTES	10	10/03/25
		COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS	10	09/08/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	08/22/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	07/28/25
ATIVIDADE CORRECIONAL – VISÃO GERAL	25	06/27/25		

		CURSO DE E-PAD	4	05/06/25
		ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ENTREGA E DE TRABALHO DO PGD	20	03/10/25
		FUNDAMENTOS DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO – PGD	20	01/13/25
JOÃO FERREIRA	1.638.181	DEVERES E PROIBIÇÕES	10	08/18/25
		PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO	12	06/24/25
		EPAD – PEC “USO DO PROCESSO ELETRÔNICO CORRECCIONAL EM ADMISSIBILIDADE NA PRÁTICA”	2	05/07/25
		LEI Nº 8.112/90 E SUAS ALTERAÇÕES	40	05/30/25
		ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	20	11/06/25
		GOVERNANÇA PÚBLICA APLICADA AO CONTEXTO DO INSS	12	10/21/25
		ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ENTREGA E DE TRABALHO DO PGD	20	03/11/25
		FUNDAMENTOS DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO	20	02/13/25
		SEI! USAR 4.0	25	03/28/25

ANEXO III – PRINCIPAIS MOTIVOS DAS APURAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CORREIÇÃO

Principais motivos das apurações realizadas pela unidade de correição:	Quantidade
Fraude documental	1
Administração de empresas	1
Nepotismo	1
Irregularidade na operacionalização de produtos e serviços	1
Revelação de sigilo profissional	2
Conduta escandalosa	2
Racismo	2
Descumprimento de dedicação exclusiva	3
Corrupção	6
Reconhecimento de dívida	9
Falta de urbanidade	9
Atos de improbidade administrativa	15
Fraude no registro de ponto	18
Assédio moral	18
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	21
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	23
Valimento do cargo público para favorecimento próprio ou de terceiros	31
Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos	32
Indisciplina: desobediência a ordens e normas internas da organização	37
Acumulação indevida de cargos públicos	43
Mau procedimento e desídia	43
Assédio sexual	85
Ausência ou impontualidade ao serviço (abandono e inassiduidade)	103
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	132
Condutas impróprias nas relações interpessoais de trabalho	137
TOTAL	775